
INTEGRAÇÃO REGIONAL E O DEBATE SOBRE SAÚDE NO MERCOSUL EM TEMPOS DE PANDEMIA

OLIVEIRA CRUZ, Dayana Aparecida Marques ¹

Recebido (Received): 12/01/2022 Aceito (Accepted): 23/01/2022

Como citar este artigo: OLIVEIRA CRUZ, D.A.M. Integração regional e o debate sobre saúde no mercosul em tempos de pandemia. v.1, Edição Especial, p. 233-244, 2022 (Dossiê: Perspectivas Caleidoscópicas da Geografia da Saúde).

RESUMO: A pandemia trouxe inúmeros desafios para o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Tais desafios culminaram em uma crise sanitária, política e econômica para qual o bloco não tem conseguido apresentar respostas efetivas quanto à coordenação de políticas no âmbito regional. A análise sobre as discussões contemporâneas acerca da pandemia no bloco não pode ser feita se desconsiderarmos que o Mercosul vem passando por um contexto de crise na integração regional desde 2016, com a mudança no cenário político dos Estados Partes. O objetivo deste trabalho é analisar o debate acerca da saúde no Mercosul em tempos de pandemia. A metodologia utilizada incluiu a revisão bibliográfica sobre o tema, bem como a análise de notícias acerca das medidas para conter a expansão da pandemia e seus desdobramentos, publicadas em 2020 no site oficial do bloco.

PALAVRAS-CHAVE: Crise, pandemia, integração regional, Mercosul.

REGIONAL INTEGRATION AND THE HEALTH DEBATE IN MERCOSUR IN PANDEMIC TIMES

ABSTRACT: The pandemic has brought numerous challenges to the Southern Common Market (Mercosur). Such challenges culminated in a health, political and economic crisis for which the bloc has not been able to provide effective responses regarding policy coordination at the regional level. The analysis of contemporary discussions about the pandemic in the bloc cannot be carried out if we disregard that Mercosur has been going through a context of crisis in regional integration since 2016, with the change in the political scenario of the States Parties. The aim of this paper is to analyze the debate about health in Mercosur in times of a pandemic. The methodology used included a bibliographic review on the topic, as well as an analysis of news about measures to contain the expansion of the pandemic and its consequences, published in 2020 on the bloc's official website.

KEYWORDS: Crisis, pandemic, regional integration, Mercosur.

¹ Graduada em Geografia e Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Atua como professora no Instituto Federal de São Paulo. E-mail: d.dayana@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5611-593X>

Introdução

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi criado em 1991 através da assinatura do Tratado de Assunção por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A partir da assinatura do tratado, tais países passaram a ser denominados como Estados Partes, ou seja, membros efetivos do bloco. O contexto de criação do Mercosul foi marcado pela tentativa dos Estados Partes em reunir estratégias para superar os efeitos da crise da década perdida a partir da adoção de políticas neoliberais e de iniciativas de integração regional baseadas na experiência europeia.

Embora o Mercosul tenha sido criado por apenas quatro países, em 2012, a Venezuela também aderiu ao bloco, porém desde o ano de 2016 está suspensa por não ter cumprido o compromisso democrático estabelecido no Protocolo de Ushuaia. Apesar de apenas os quatro países fundadores estarem ativos no bloco, atualmente, todos os países sul-americanos participam indiretamente do Mercosul como Estados associados. Mesmo sem ter o poder de veto e voto como é garantido aos Estados Partes, os Estados associados reconhecem no Mercosul a importância da criação de um espaço de diálogo relevante para as discussões realizadas no subcontinente.

Ainda que as principais discussões no Mercosul tenham sido estruturadas em torno da questão econômica, entre os anos de 2003 e 2015 viu-se uma ampliação dos temas discutidos pelo bloco, incluindo cultura e patrimônio, gênero, educação, migrações, direitos humanos e saúde. Tal ampliação demonstrou os esforços dos países envolvidos em abordar a integração regional para além da questão econômica, reconhecendo que ela só será possível se for debatida a partir de uma perspectiva mais ampla.

O objetivo deste trabalho é analisar o debate acerca da saúde no Mercosul em tempos de pandemia. Este é um debate propício para o ano de 2021, não só por conta dos efeitos econômicos, sociais e políticos que a COVID-19 trouxe para o bloco, mas principalmente, porque o Mercosul completou trinta anos no mês de março. A forma como os Estados Partes estão propondo a discussão sobre um tema tão relevante em um momento de crise sanitária diz muito sobre a capacidade de coordenação política que os países desenvolveram ao longo do período de existência do Mercosul. Por outro lado, demonstra também as possibilidades de articulação política interna dos países, a capacidade de estabelecer ou não consensos entre os membros efetivos do bloco, ou ainda, de criar políticas macrorregiões que ultrapassem o âmbito econômico, mas que tenham rebatimentos significativos sobre a economia dos Estados Partes.

A fim de alcançar o objetivo proposto no parágrafo anterior, este artigo foi elaborado a partir de uma revisão bibliográfica sobre o Mercosul, bem como de análise das notícias oficiais publicadas no site do bloco sobre a crise sanitária ocasionada pelo novo coronavírus. Portanto, a discussão proposta no texto busca identificar a partir de tais notícias, o posicionamento dos países em torno da busca de soluções aos problemas causados pela pandemia.

Mercosul e integração regional em crise

Tomamos como base para a elaboração deste artigo a teoria do sistema-mundo moderno colonial (WALLERSTEIN, 1974; 1998) e a teoria crítica das relações internacionais (COX, 1981; 2001; MENDES, 2019).

Embora o intuito não seja indicar um apanhado geral das duas teorias, faz-se necessário citar a influência que ambas possuem para a leitura e análise proposta neste texto. A teoria do sistema-mundo moderno colonial foi desenvolvida pelo sociólogo Immanuel Wallerstein, cujas principais referências são Fernand Braudel, Karl Marx e Nicolai Kondratieff. Dentre outras coisas, a teoria coloca em perspectiva a análise do sistema-mundo a partir da hierarquia do poder mundial, ou seja, dos papéis que os países desempenham como centro, periferia ou semiperiferia.

A hierarquia de poder mencionada só foi possível com a criação dos padrões de modernidade e colonialidade, os quais continuam a vigorar até os dias de hoje. Já a teoria crítica das relações internacionais analisa o processo histórico de formação das estruturas da ordem internacional e busca identificar possibilidades de soluções alternativas e emancipadoras que sejam construídas pela sociedade civil. As duas teorias se aproximam no que tange à indicação da necessidade de criação de referenciais próprios pelos cidadãos que vivem em países (semi)periféricos, ao mesmo tempo em que observam a incorporação de referenciais alheios à realidade desses países. Em função disso, boa parte dos modelos de integração e desenvolvimento adotados acabam sendo frustrados, já que o passado colonial e de (super)exploração que os países foram expostos a partir do século XVI, geralmente é desconsiderado.

Países periféricos são os que estão na base da hierarquia do poder mundial e que são dependentes dos países centrais, os quais, por sua vez, centralizam capitais, comandos e a riqueza acumulada pela exploração/dominação dos países periféricos. As semiperiferias denominam os países com maior complexidade do sistema-mundo, pois são ambivalentes e alternam entre os papéis de centro e periferia dependendo do conjunto de relações

estabelecidas e de seus diferentes contextos. O Brasil é um exemplo ilustrativo de semiperiferia por ser subordinado ao centro do sistema na divisão internacional do trabalho, ao mesmo tempo em que exerce a liderança regional no subcontinente. Segundo Becker e Egler (1994), o país consolidou-se como semiperiferia devido a modernização conservadora que ocorreu no período da ditadura militar, consolidada através do desenvolvimento dos projetos de infraestruturas e apoio à atuação das grandes multinacionais.

Considerando o papel que os países desempenham no sistema-mundo, conseguimos compreender o perfil dos países do Mercosul, bem como a constante busca pelo suprimento das expectativas impostas pelas demandas verticais. A análise do Mercosul requer a leitura dos processos de longa e de curta duração. Em outras palavras, inclui os efeitos das crises estruturais e conjunturais nos países que fazem parte no bloco, e ainda, os efeitos na dinâmica regional.

Na perspectiva de curta duração, precisamos observar os efeitos das mudanças no cenário político-econômico regional e seus desdobramentos para a integração regional. Já na perspectiva de longa duração, os Estados Partes precisam ser compreendidos como subordinados na hierarquia do poder mundial, pois reproduzem padrões impostos de modernidade e colonialidade, desde a invenção geossocial da América no século XVI (CORONIL, 2005; MIGNOLO, 2007; PORTO-GONÇALVES, 2006).

Desde o século XVI, países periféricos e semiperiféricos buscam reproduzir uma temporalidade alheia com base no modelo eurocêntrico de desenvolvimento e, recentemente, a partir dos anos de 1990, a reprodução tem sido em torno do modelo de integração regional europeu.

Conforme mencionado na introdução, a criação do Mercosul foi resultado de uma tentativa de superação da crise da década perdida, sendo, portanto, uma tentativa de superar seus desdobramentos econômicos. Ao mencionar a crise, é fundamental ressaltar que ela possui dois diferentes aspectos, os quais materializam-se de forma contraditória, complementar e interdependente. São elas:

- Crise estrutural - crise do sistema capitalista e da hegemonia atlantista, de ordem civilizatória, iniciada nos anos de 1970 (MARTINS, 2013; MARTINS, 2018; SANTOS, 2000), caracterizada pela conformação de uma geografia complexa e contraditória entre atores hegemônicos e contra-hegemônicos. Crise que intensifica a interdependência econômica, ao mesmo tempo em que amplia as relações desiguais e assimétricas (SERBIN, 2018).

- Crise conjuntural - crise da década perdida dos anos de 1980, que foi sucedida por iniciativas que buscavam superá-la, adequando as economias dos países às novas demandas do mercado internacional, por meio do neoliberalismo.

Na condição de semiperiferia/periferia, os países membros do Mercosul buscam adaptar-se rapidamente às mudanças ocorridas nos países centrais, já que suas respectivas economias estão atreladas ao movimento cíclico do capital de expansão e recessão que acontece no centro do sistema capitalista. A tentativa de incorporar rapidamente as mudanças econômicas e tecnológicas trazem grandes consequências para a organização do espaço geográfico das semiperiferias e periferias, afinal, elas contribuem para o aumento das desigualdades internas e regionais. Por outro lado, essa tentativa também altera os objetivos e as formas de articulação e cooperação internacional entre as (semi)periferias do sistema-mundo moderno colonial.

O Mercosul surgiu em um contexto também conhecido como regionalismo aberto ou novo regionalismo. O regionalismo aberto foi caracterizado por diferentes iniciativas de integração regional a partir de instrumentos protecionistas que garantissem a inserção política e econômica dos países no contexto internacional (MARIANO, 2015).

Hurrell (1995) identificou quatro tipos de regionalismo: regionalização, consciência e identidades regionais, cooperação regional, coesão regional. O Mercosul enquadra-se na cooperação regional, “como o próprio nome diz, este tipo de regionalismo é impulsionado pelos governos que buscam estabelecer uma cooperação entre si, seja ela formal ou informal, a partir da negociação de acordos ou regimes interestatais ou intergovernamentais” (MARIANO, 2015, p. 19).

O novo regionalismo, contexto no qual surgiu o Mercosul foi a terceira de quatro fases do regionalismo no mundo. A primeira fase, também conhecida como regionalismo funcionalista remonta à II Guerra Mundial com o surgimento de organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), sendo caracterizada pela cooperação técnica para a diminuição das possibilidades de conflitos entre os países envolvidos nas referidas organizações (MESQUITA, 2019). Já a segunda fase, também conhecida como regionalismo neofuncionalista, inaugurada com a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) em 1957, passou, segundo Caballero (2011), a reconhecer o papel político de diferentes atores, estratégias e regiões nas relações internacionais.

A fase seguinte do novo regionalismo, mencionada anteriormente, foi caracterizada pela liberalização das economias e pelo surgimento de iniciativas de integração em outras regiões, além da Europa. Com o esgotamento do modelo de integração proposto no âmbito do regionalismo aberto devido a inflação, aumento da dívida externa e instabilidade política (VITTE, 2013), nos primeiros anos do século XXI, inicia-se uma nova fase, também denominada como regionalismo pós-liberal (SANAHUJA, 2010). Nessa fase, ampliou-se a cooperação Sul-Sul, que acompanhou o deslocamento do dinamismo econômico do Atlântico para o Pacífico. Como exemplo deste novo contexto, temos o surgimento dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Se no período de 2003 a 2015, durante a quarta fase do regionalismo na América do Sul, o Mercosul contou com a ampliação das discussões acerca da cooperação regional, a partir de 2016, encontramos o rápido retrocesso nos avanços conquistados anteriormente. O marco desse novo momento de transição que dura até hoje foi o impeachment da ex-presidente brasileira, Dilma Rousseff (Brasil), e a eleição do ex-presidente argentino, Maurício Macri (Argentina).

O avanço da direita no subcontinente trouxe uma nova perspectiva para a integração regional, resultando em uma mudança de rumo significativa, baseada na defesa pela flexibilização do bloco, pela suspensão da Venezuela do Mercosul, bem como pelo aprofundamento da dificuldade de coordenação das políticas regionais (CRUZ, 2021).

No ano de 2020, com os efeitos da pandemia nos Estados Partes, as fragilidades do Mercosul tornaram-se ainda mais evidentes, dada a superficialidade com que o tema foi tratado. Prova disso, é que o elevado número de casos e óbitos da doença que aumentaram ao longo do tempo sem que os países conseguissem apresentar respostas satisfatórias à crise sanitária e seus respectivos efeitos políticos, econômicos e sociais. A tabela 1 mostra o número de casos e óbitos nos quatro Estados Partes com participação ativa no Mercosul até o dia 01 de dezembro de 2021.

Tabela 1 – Acumulado do número de casos confirmados e de óbitos por COVID-19 nos Estados Partes do MERCOSUL até o dia 01 de dezembro de 2021.

Países	População total	Casos confirmados	Óbitos
Argentina	45.541.623	5.325.560	116.571
Brasil	210.147.125	22.105.872	641.964
Paraguai	7.200.985	463.058	16.472
Uruguai	3.481.540	399.966	6.131

Fonte dos dados: Sistema Nacional de Emergencias (Uruguai); Ministério da Saúde (Brasil); Ministerio de Salud (Argentina); Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social (Paraguai). Organizado pela autora.

Como visto na tabela, o principal país afetado pela COVID-19 foi o Brasil, acumulando quase 650.000 mortos pela doença, seguido pela Argentina, pelo Paraguai e pelo Uruguai. Juntos, os Estados Partes somaram 781.138 óbitos e 28.294.456 casos confirmados.

No site oficial do Mercosul, até o dia 02 de dezembro de 2021, apenas seis notícias haviam sido publicadas sobre a pandemia no bloco. O intuito de todas as notícias publicadas foi apresentar as principais medidas e acordos entre os Estados Partes para o enfrentamento dos efeitos da crise causada pela pandemia. Todavia, as principais notícias publicadas das ações tomadas, contemplaram apenas os dois primeiros meses da pandemia (março e abril de 2020), demonstrando a fragilidade e a falta de articulação entre os membros efetivos do Mercosul para tratar sobre o tema.

A primeira notícia acerca de medidas a serem adotadas pelo Mercosul em função da pandemia foi publicada na página do bloco no dia 17 de março de 2020. A notícia denominada “Os presidentes da região acordam medidas para combater o Covid-19” apresenta a necessidade de adoção de políticas conjuntas na região, a partir de depoimentos do chanceler paraguaio, António Rivas Palácios, indicando a necessidade de futuramente realizar compras de insumos hospitalares e medicamentos, bem como controlar a circulação de pessoas nos espaços fronteiriços.

A segunda notícia, “Mandatários do Mercosul acordam livre trânsito de cargas e serviços na fronteira para manter a economia regional” foi publicada dois dias após a anterior (19 de março de 2020) sobre a reunião realizada entre os governantes dos Estados Partes no dia anterior (18 de março de 2020), que resultou na assinatura da “Declaração dos presidentes do Mercosul sobre coordenação regional para a contenção e a mitigação do coronavírus e seu impacto”, sendo este o assunto abordado pela terceira notícia, denominada como “Os presidentes do Mercosul acordam medidas contra o coronavírus”. Na declaração, os Estados Partes resolveram:

1. unir esforços para a colaboração de ações de repatriação dos cidadãos mercosulinos;
2. considerar as especificidades das comunidades residentes nas áreas fronteiriças;
3. notificar os demais membros do bloco sempre que alguma medida no combate à pandemia fosse adotada nas fronteiras;
4. remover possíveis obstáculos à circulação de bens e serviços, bem como facilitar o transporte de insumos e produtos de alimentação, higiene e cuidado com a saúde;
5. avaliar a possibilidade de reduzir as tarifas de produtos de higiene e de cuidados com a saúde;
6. organizar reuniões periódicas para que ministros da saúde compartilhassem informações sobre a pandemia, bem como sobre as boas práticas desenvolvidas em seus respectivos países;
7. buscar ajuda financeira com organismos multilaterais para enfrentar os efeitos da pandemia (BID, CAF, FONPLATA) (MERCOSUL, 2020).

A quarta notícia “Paraguai iniciou trâmites no Mercosul para acelerar a investigação de doenças infecciosas e da COVID-19” publicada em 25 de março de 2020 no site do bloco tratou sobre a iniciativa do Paraguai em acelerar os trâmites para a investigação de doenças infecciosas e da COVID-19 no Mercosul.

O projeto de investigação foi criado a fim de indicar mecanismos de colaboração para diagnosticar o agente viral do novo coronavírus. As principais instituições envolvidas foram: Laboratório Central do Ministério de Saúde Pública e Bem-Estar Social do Paraguai (LC-MSPBS), Instituto Pasteur do Uruguai, e Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) do Brasil.

A quinta notícia sobre as medidas apresentadas para o enfrentamento da pandemia foi publicada em 03 de abril de 2020, denominada como “Esforço regional contra a pandemia: o Mercosul aprovou um fundo de emergência de US\$ 16 milhões que serão destinados totalmente para ao combate contra o COVID-19”. A notícia tratou sobre a aprovação de um fundo de emergência de dezesseis milhões de dólares para o combate à COVID-19, destinado especificamente ao projeto de investigação Plurinacional “Investigação, Educação e Biotecnologias aplicadas à Saúde”. A fonte dos recursos foi o próprio Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM).

Em 17 de setembro de 2021 foi publicada uma outra notícia referindo-se ao mesmo projeto. A notícia denominada “Conquista 3: Aprovação de recursos para pesquisa e combate ao coronavírus” detalha os usos do financiamento do projeto (realização de teste PCR,

sorodiagnóstico e outras formas de detecção da doença e diagnóstico rápido), colocando-o como uma das principais conquistas dos trinta anos do bloco. Mais de um ano depois da quinta notícia encontrada no site sobre a pandemia, a última e sexta notícia publicada no site oficial do Mercosul não se tratou de uma nova medida visando diminuir os impactos da crise, mas apenas uma exaltação do aporte aprovado no ano anterior.

Entre os Estados Partes, o Brasil é o país que tem apresentado a pior gestão da crise. Dentre os motivos, podemos apontar: falta de coordenação política dos entes federativos; negacionismo e disseminação de *fake news* compartilhadas pelo próprio presidente da república; crise no Ministério da Saúde e troca de três ministros durante a pandemia; dificuldade de articulação política do Ministério das Relações Exteriores em estabelecer acordos para a compra das vacinas e insumos; e muitas outras questões que, inclusive, foram debatidos internamente pela CPI da Pandemia.

A crise sanitária foi acompanhada pela crise política e econômica. Em protesto, no dia 29 de maio de 2021, milhares de pessoas foram às ruas contra a negligência do governo Bolsonaro, seguindo de outras manifestações populares nos meses seguintes. O Brasil passou a ser visto como uma “ameaça” para os países vizinhos, em março de 2021, a Venezuela entrou com pedido de intervenção na ONU por conta da crise sanitária no Brasil.

Nos demais países do Mercosul, a pandemia tornou-se mais severa apenas após outubro de 2020, até este mês, Paraguai, Uruguai e Argentina haviam conseguido diminuir o avanço rápido da doença. Porém, na Argentina, o governo de Alberto Fernández enfrentou problemas em relação aos opositores que passaram a criticar a “quarentena eterna”. A flexibilização da quarentena fez com que o vírus fosse propagado rapidamente pelo território nacional em outubro de 2020, aumentando o número de casos².

O Uruguai conseguiu manter uma boa gestão no início da crise, porém as cidades fronteiriças passaram a ser alvo de preocupação após a descoberta da variante brasileira da COVID-19. A mesma preocupação atingiu o Paraguai, principalmente por conta da circulação intensa entre os dois países através da Ponte da Amizade. Assim como no Brasil, parte do povo paraguaio também foi às ruas em março de 2021 em protesto, sendo que uma das principais pautas foi o pedido de impeachment do presidente do país, Mario Abdo Benítez³ (REVISTA FÓRUM, 2021). Os protestos aconteceram por conta de denúncias de corrupção durante a pandemia, bem como da falta de investimento na infraestrutura hospitalar.

² El País (2020): “Argentina, de exemplo regional a país encurralado pela covid-19”, publicada em 15 de outubro de 2020.

³ Revista Fórum (2021): “Má gestão na pandemia: Paraguaio tomam as ruas de Assunção em ato gigante contra o presidente”, publicada em 05 de março de 2021.

A mobilização popular foi um ponto comum nos quatro Estados Partes atuantes no Mercosul, afinal, a falta de respostas aos efeitos da pandemia, as denúncias de corrupção e irregularidades, o aumento do desemprego, bem como os discursos negacionistas (como no caso do governo brasileiro) foram motivadores para a saída de parte da população às ruas, ainda que este ato representasse risco de contaminação. As tensões sociais decorrentes da pandemia mostram a crise conjuntural que os Estados Partes estão imersos, bem como a fragilidade política em termo de articulação política interna e regional.

Considerações finais

Embora a inclusão da saúde nas discussões do Mercosul seja um avanço para os cidadãos que residem nos Estados Partes, o debate sobre o tema no bloco ainda é incipiente e carece de ampliação no que tange à criação e coordenação de políticas públicas macrorregionais.

Desde o início da atual crise sanitária em março de 2020, estamos observando a falta de capacidade dos Estados Partes em apresentar respostas coletivas e consensuais que auxiliem no enfrentamento dos efeitos da COVID-19. Prova disso é que após abril do mesmo ano, nenhuma notícia com medidas novas no combate aos efeitos causados pela pandemia foi publicada no site oficial do Mercosul. Inclusive, o único texto publicado mais de um ano depois da aprovação do aporte noticiado pelo Mercosul para o combate à pandemia teve um tom de comemoração. A comemoração fazia referência aos avanços do bloco no ano em que este completou trinta anos de existência. Logo, os Estados Partes mantiveram-se desde o início da pandemia lidando individualmente com a questão, demonstrando a debilidade do bloco em lidar com crises a nível regional, diante de uma demanda emergente que não afetou apenas à economia, mas que foi responsável pela morte de mais de 780.000 cidadãos mercosulinos.

Em 2021, ano em que o Mercosul completou trinta anos de existência, essa parece ser a pior crise já enfrentada, afinal suas consequências impactaram todos os países, escalas e níveis. Por exemplo, no setor cultural do Mercosul, não há um diagnóstico sobre os impactos da pandemia no setor, até hoje (quase dois anos após o início da crise) os países estão tentando concluir um levantamento estatístico através de aplicação de questionário com artistas do bloco.

Como pano de fundo, a crise foi iniciada no momento em que o discurso dominante no bloco era pró-flexibilização, tornando-o ainda mais frágil em termos de articulação política. A possibilidade de firmar acordos sem que haja o consentimento com países terceiros mostra a

motivação pelo distanciamento entre os membros efetivos que o posicionamento político ligado ao avanço da direita conservadora tem representado. Essa postura prejudicou os membros efetivos do Mercosul em meio à pandemia.

Referências

BECKER, B. K; EGLER, C. A. G. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

CABALLERO, S. El proceso de integración del MERCOSUR a través de las teorías de la integración regional. Montevideo: CEFIR, 2011.

CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 105-132.

COX, R. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. Millennium. v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.<https://doi.org/10.1177/03058298810100020501>

COX, R. The way ahead: towards a new ontology of world order. In: JONES, R. W (org). Critical Theory and World Politics. Boulder: Lynne Rienner, p. 45-60.2001.

CRUZ, D. A. M. O. Geopolítica e integração regional na América Latina: permanências, crises e perspectivas. In: CRUZ, D. A. M. O (Org.). Geopolítica e Integração Regional na América Latina. 1. ed. Foz do Iguaçu: CLACSO e-Books, 2021, p. 8-17.<https://doi.org/10.23899/9786589284109>

HURRELL, A. O ressurgimento do regionalismo na política mundial. Contexto Internacional, Rio de Janeiro. v.17, n.1, p.23-59, 1995.

MARIANO, K. L. P. Regionalismo na América do Sul: um novo esquema de análise e a experiência do MERCOSUL. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.<https://doi.org/10.7476/9788579837043>

MARTINS, C. E. A geopolítica mundial e a economia política no século XXI: hegemonia, BRICS e América Latina. In: FLORES, C. S; MARTINS, C. E (org). Nuevos escenarios para la integración de América Latina. Santiago: Editora ARCIS, 2013, p. 111-136.

MARTINS, C. E. O Sistema-Mundo Capitalista e Os Novos Alinhamentos Geopolíticos No Século XXI : Uma Visão Prospectiva, O Ciclo Longo Atual e a Economia Mundial. In: Caderno MetrÓpole, v. 20, p. 673-696, 2018.<https://doi.org/10.1590/2236-9996.2018-4303>

MENDES, P. E. As teorias principais das relações internacionais: uma avaliação do progresso da disciplina. Relações Internacionais, v. 61, p. 5-122, 2019.

MERCOSUL. Declaração dos presidentes do MERCOSUL sobre coordenação regional para a contenção e a mitigação do coronavírus e seu impacto. 2020. Disponível Em:<https://www.mercosur.int/documento/declaracion-de-los-presidentes-del-mercosur-covid19/>, acesso em 20 de maio de 2021.

MESQUITA, R. Regionalismo, integração regional e as relações internacionais: uma introdução. Revista de Estudos Internacionais, v. 10, n. 1, p. 3-22, 2019.

MIGNOLO, W. D. La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial. Tradução de Silvia Jawerbaum e Julieta Barba. Barcelona: Gedisa editorial, 2007.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A globalização da natureza e a natureza da globalização. 7. ed. Brasília: Civilização Brasileira, 2006.

SANAHUJA, J. A. La construcción de una región: Suramérica y el regionalismo posliberal. In: CIENFUEGOS, M; SANAHUJA, J. A (org.). Una región en construcción. Unasur y la integración en América del Sur. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2010, p. 87-134.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SERBIN, A. América Latina y el Caribe frente a un Nuevo Orden Mundial: Poder, globalización y respuestas regionales. Buenos Aires: Icaria Editorial/Ediciones CRIES, 2018.

VITTE, C. C. S. Geopolítica e relações internacionais: as organizações de integração regional na América Latina. Meridiano - Revista de Geografia, n. 2, p. 31-52, 2013.

WALLERSTEIN, I. O sistema mundial moderno - II. O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750. Traduzido por Carlos Leite, Fátima Martins e Joel de Lisboa. New York: Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN, I. A reestruturação capitalista e o sistema mundial. In: Perspectivas, v. 20, p. 249-267, 1998.